



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
"Juntos somos mais fortes"

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO E ORÇAMENTO -
CFO**

PROJETO DE LEI Nº. 015 - 2022: Altera o vencimento e concede adicional de insalubridade aos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, novo nome do cargo de Agente de Saúde Pública e dá outras providências.

PROPONENTE: Prefeito

RELATOR (A): Vereador Thiago

INTERESSADO: Presidente do Poder Legislativo, e demais vereadores.

RELATÓRIO

A Comissão Permanente de Fiscalização e Orçamento em conformidade com art. 58 do Regimento Interno Resolução nº. 13/2021, assim cumpre-nos, portanto, manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, via parecer, quanto aos aspectos financeiro, principalmente às proposições diretamente impliquem em aumento ou diminuição da receita do Município.

Cabe ressaltarmos que o PL nº. 015/2022 – Estabelece o valor de R\$ 2.424,00 (dois mil duzentos e vinte e quatro reais) como novo vencimento aos servidores ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, assim como o adicional de insalubridade. Aos ocupantes do cargo efetivo estão preservados todos os direitos, tais como progressão e ascensão funcional respeitado cada caso.

A seguir o pronunciamento:

Atendendo o dispositivo legal da Lei Orgânica Municipal o Chefe do Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei nº. 015/2022, que deu entrada no dia 26 de setembro de 2022, em Sessão Extraordinária, em seguida foi despachado ao

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, para estudo e emissão



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

"Juntos somos mais fortes"

do parecer, por ser tratar de regime de urgência os debates da matéria foram de forma online.

Destacamos que a matéria legislativa tem respaldo constitucional partir da Emenda Constitucional nº. 120/2022 – Logo o pagamento do vencimento base de dois salários mínimos deveria aguarda as portarias do Ministério da Saúde que aconteceu, conforme <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022>

“ Ministério da Saúde publicou as Portarias 1.917/2022 e 2.109/2022 referentes aos pisos salariais dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), estabelecidos pela Emenda Constitucional 120/2022. Os valores repassados pelo Ministério da Saúde aos Municípios passam a ser de R\$ 2.424,00 para as duas categorias”

Continuando, procuramos entender o projeto de lei nº. 015/2022 – Com as seguintes conclusões no caso dos Agente Comunitário de Saúde - ACS, e aos Agentes de Combate às Endemias – ACE, os valores são repassados aos Municípios na forma de Assistência Financeira Complementar da União, percebemos o fortalecimento das políticas de saúde, com a alteração dos vencimentos e mais os adicionais temos a forte motivação do emprego renumerado de forma justa.

Portanto, após as análise do PL 015/2022, a Comissão – CFO, aponta que apesar do repasse ser custeado pela União o município deve regulamentar outras formas de incentivos, respeitando os limites de gasto com pessoal, para que desse modo fique cada vez mais evidente a valorização dos seus profissionais.

Ante o exposto, este relatório após decisão dos membros da Comissão Permanente passa a ser o parecer favorável para tramitação e aprovação do Projeto de Lei n.015/2022 sem sugestão de alteração.

Porto Murtinho, 26 de setembro de 2022.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

"Juntos somos mais fortes"

RODRIGO FRÓES ACOSTA

Presidente da Comissão Permanente de Fiscalização e Orçamento - CFO

THIAGO

Relator da Comissão Permanente de Fiscalização e Orçamento - CFO

ALINE ASSISTENTE SOCIAL

Membro da Comissão Permanente de Fiscalização e Orçamento - CFO